

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



ARQUITETO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

LÍNGUA PORTUGUESA

A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina

No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina perpetrados contra elas. Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente. Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.

A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, deixando marcas visíveis e emocionais profundas. Já a violência psicológica, talvez menos evidente, é igualmente devastadora, minando a autoestima e o bem-estar emocional da vítima por meio de humilhações, xingamentos e ameaças constantes.

A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial. Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida. Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.

Por fim, a violência moral, muitas vezes subestimada, também causa danos significativos ao expor a intimidade da mulher, difamando-a publicamente e comprometendo sua dignidade e reputação.

Para combater essa falta de conhecimento e conscientizar as mulheres sobre seus direitos e formas de se protegerem, é fundamental implementar programas educacionais desde cedo, principalmente nas escolas. Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores. Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, as escolas contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta contra a violência feminina. Além disso, é importante que as instituições de ensino ofereçam espaços seguros e acolhedores onde os alunos possam discutir abertamente questões relacionadas à violência de gênero, esclarecer dúvidas e buscar apoio em casos de violência.

Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias. Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero e o ensino aos filhos sobre o respeito e a valorização das mulheres desde cedo são eficazes na promoção de mudanças culturais e comportamentais.

Outra medida importante é a adoção de políticas mais rigorosas pelas plataformas digitais, que devem coibir publicações agressivas ou que promovam a violência contra as mulheres. A fiscalização rigorosa nessas plataformas pode ajudar a prevenir a disseminação de discursos de ódio e a proteger as mulheres do assédio *online*.

As plataformas digitais têm uma visibilidade ampla e a capacidade de disseminar informações rapidamente. Portanto, é essencial que utilizemos essas ferramentas de forma responsável e ética, promovendo a conscientização e o combate à violência feminina em todas as esferas da sociedade.

É essencial que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.

(Advogado Paulo Meira Passos, Diretor-Chefe da Meira Passos Advogados e Advogado da Comissão da OAB-MG. Disponível em: <<https://www.fojeemdia.com.br/opiniao/>>. Acesso em: fevereiro de 2024.)

Questão 01

Acerca do emprego do acento indicativo de crase no título do texto, pode-se afirmar que:

- A) É facultativo, considerando que o termo regente pertence ao gênero masculino.
- B) É facultativo, já que o termo regente trata-se de uma expressão composta por um substantivo e adjetivo.
- C) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência nominal estabelecida e o gênero do termo regido.
- D) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência verbal estabelecida e a classificação morfológica do termo regido.

Questão 02

Considerando-se que o texto apresenta recursos e processos argumentativos para a construção de posicionamentos do enunciador acerca do tema tratado assim como de subtemas a ele relacionados, a seguir os trechos destacados apresentam expressão subjetiva na construção de tais posicionamentos, tendo direta relação com os processos citados, com EXCEÇÃO de:

- A) “A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial.” (3º§)
- B) “A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, [...]” (2º§)
- C) “No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina [...]” (1º§)
- D) “Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§)

Questão 03

Em relação ao título do texto e às relações morfossintáticas e semânticas estabelecidas em sua construção pode-se afirmar que:

- A) O termo “violência” atua como determinante de “feminina”.
- B) O termo “feminina” atua como determinante de “violência”.
- C) O termo “combate” está determinado pela expressão “violência feminina”.
- D) A ausência do artigo definido diante do termo “educação” torna o seu sentido genérico.

Questão 04

O título “A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina” atribuído ao texto refere-se diretamente às ideias trazidas ao texto nos parágrafos indicados a seguir:

- A) 3º e 4º parágrafos.
- B) 5º e 6º parágrafos.
- C) 1º ao 5º parágrafo.
- D) 5º ao 10º parágrafo.

Questão 05

“Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente.” (1º§) A locução conjuntiva “mas também”, nesse contexto:

- A) Estabelece uma ideia de acréscimo em relação à oração posterior.
- B) Estabelece uma relação de oposição, pois opõe “a falta de conhecimento” ao referido impedimento.
- C) Estabelece relação de acréscimo, adição, desempenhando a mesma função de uma conjunção aditiva.
- D) Não estabelece relação de oposição entre as duas orações, mas entre o período destacado e ideia expressa no período seguinte.

Questão 06

Acerca do conectivo sublinhado em “Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.” (5º§), pode-se afirmar que há a indicação de uma ideia de:

- A) Retificação.
- B) Efeito visado.
- C) Efeito contingente.
- D) Consequência desejada.

Questão 07

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual no texto assim como sua relevância para que a mensagem tenha a devida compreensão, pode-se afirmar que no primeiro parágrafo do texto, a manutenção do elemento introduzido “muitas mulheres” pode ser identificada em:

- A) Uma ocorrência apenas.
- B) Duas ocorrências apenas.
- C) Três ocorrências no total.
- D) Seis ocorrências no total.

Questão 08

“Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida.” (3º§) O pronome relativo destacado foi empregado como recurso coesivo que estabelece, no enunciado, relação de referência com:

- A) Os tipos de abuso sofridos pelas mulheres.
- B) A marcação temporal indicada: toda a vida.
- C) Os abusos específicos: coerção e intimidação sexual.
- D) Consequências mencionadas tais como cicatrizes emocionais.

Questão 09

“Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§) A flexão no plural da forma verbal empregada no período anterior justifica-se, pois:

- A) A forma verbal deve concordar com o sujeito composto apresentado.
- B) A forma verbal deve concordar com o sujeito que também está no plural.
- C) O verbo impessoal não apresenta variação, apenas uma única forma: terceira pessoa do plural.
- D) A forma na terceira pessoa do plural é característica do sujeito indeterminado conforme é visto no período.

Questão 10

No último parágrafo do texto, é possível reconhecer a retomada de um posicionamento do enunciador e uma referência a ideias propositivas em relação à situação-problema apresentada, que é um dos recursos textuais característicos

- A) do texto injuntivo.
- B) do texto prescritivo.
- C) do discurso indireto.
- D) do discurso dissertativo.

Questão 11

Segundo as informações e ideias trazidas ao texto, é correto afirmar que:

- A) O autor estabelece uma afirmativa hipotética acerca da violência psicológica, apresentando também algumas de suas consequências.
- B) Ao dizer que a violência sexual “merece atenção especial”, a autora explicita que tal tipo de violência pressupõe um melhor atendimento às vítimas que os demais.
- C) O controle dos bens está diretamente relacionado à violência contra o indivíduo nos mais diversos segmentos sociais; sem distinção de classe, idade ou situação econômica.
- D) Em oposição ao que é possível constatar em situações históricas passadas, a maioria das mulheres pode constatar e reconhecer-se como participante de um grupo que não mais está silenciado.

Questão 12

Em “*Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.*” (3º§), a expressão introdutória do período destacado indica:

- A) Temporalidade concomitante.
- B) A consumação de um processo.
- C) Ocasão referente ao momento exclusivo da enunciação.
- D) Frequência de um fato independentemente de eixo referencial.

Questão 13

No trecho “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores.*” (6º§), a argumentação do articulista mostra:

- A) Uma afirmativa seguida de uma oração explicativa relacionada ao tema textual.
- B) A apresentação de um fato hipotético apontado como uma afirmativa indiscutível.
- C) Um tangenciamento do tema, indicando um desvio aceitável em relação ao citado.
- D) O emprego do argumento de autoridade, considerando a qualificação informada acerca do autor.

Questão 14

Considerando o contexto, pode-se afirmar que, dentre os termos destacados a seguir, tem seu significado expresso de forma correta o indicado em:

- A) “*é alarmante constatar*” / contundente
- B) “*constatar que muitas mulheres*” / averiguar
- C) “*tipos de violência feminina perpetrados contra elas.*” / imergidos
- D) “*desconheçam os diferentes tipos de violência feminina*” / experienciam

Questão 15

A repetição indevida de palavras e/ou expressões pode comprometer o texto em relação ao nível de linguagem e clareza na transmissão da mensagem produzida. Assim, pode-se observar a seguir o emprego de termos que funcionam como elementos de coesão que mantêm o referente textual já introduzido e que impedem tal inadequação, com EXCEÇÃO de:

- A) “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, [...]*” (6º§)
- B) “*Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero [...]*” (7º§)
- C) “*Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, [...]*” (6º§)
- D) “*Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias.*” (7º§)

Questão 16

Os direitos e deveres individuais e coletivos são fundamentais para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. É essencial que sejam respeitados e promovidos tanto pelo Estado quanto pelos próprios indivíduos, visando garantir o pleno desenvolvimento e a dignidade de todas as pessoas. Assim, assinale a afirmativa correta com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal.

- A) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania.
- B) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a Lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- C) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.
- D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de injunção que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Questão 17

A organização do Estado, nos termos da Constituição Federal brasileira, é estruturada de acordo com os princípios fundamentais estabelecidos na Carta Magna. Essa organização compreende a divisão e atuação dos Poderes, a distribuição de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, além das garantias fundamentais dos cidadãos. Em relação à organização do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
- II. Os Estados devem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por Lei Complementar.
- III. É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- IV. A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 18

A organização dos Poderes em um Estado democrático é essencial para garantir o equilíbrio e a separação de funções entre os órgãos responsáveis pela elaboração, execução e interpretação das leis. Um dos Poderes fundamentais nesse sistema é o Poder Legislativo, que desempenha um papel central na elaboração das leis e no exercício da representação política da sociedade. Em relação à organização dos Poderes, analise as afirmativas a seguir.

- I. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada Senador será eleito com dois suplentes.
- II. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- III. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e o Distrito Federal poderão eleger até três Senadores, com mandato de oito anos.
- IV. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 19

A competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios está prevista na Constituição Federal brasileira e abrange diversas áreas de atuação, nas quais todos os entes federativos têm responsabilidades compartilhadas. Essa competência visa promover a cooperação entre os diversos níveis de governo para o cumprimento de objetivos comuns e para o atendimento das necessidades da sociedade. Além disso, ela contribui para a descentralização administrativa e para a eficiência na prestação dos serviços públicos. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- B) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- C) Organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- D) Normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

Questão 20

O Congresso Nacional é o órgão máximo do Poder Legislativo no Brasil e tem uma série de atribuições fundamentais para o funcionamento do Estado democrático. Composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, o Congresso exerce diversas competências que incluem desde a elaboração de leis até o controle e fiscalização do poder Executivo. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- A) Eleger membros do Conselho da República.
- B) Autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- C) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- D) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Questão 21

O Estatuto Constitucional dos Deputados e Senadores no Brasil é estabelecido principalmente pela Constituição Federal de 1988. Ambas as Casas do Congresso Nacional possuem prerrogativas e deveres específicos. Considerando o exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- II. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- III. O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, do seu recebimento pela Mesa Diretora.
- IV. Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 22

As comissões permanentes e temporárias do Congresso Nacional são órgãos colegiados que desempenham um papel fundamental no processo legislativo e na fiscalização das atividades do Poder Executivo. Elas são compostas por parlamentares e têm como objetivo discutir, analisar e emitir pareceres sobre os projetos de lei e outras matérias que tramitam no Congresso, além de realizar estudos e investigações sobre temas específicos de interesse nacional. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe

- A) convocar o Ministro das Relações Exteriores para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.
- B) apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.
- C) receber petições, reclamações, representações ou queixas de sindicatos especializados contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.
- D) discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um terço dos membros da Casa.

Questão 23

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é uma legislação fundamental que garante aos cidadãos o direito de solicitar e receber informações públicas dos órgãos e entidades da Administração Pública, sejam eles do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, em todos os níveis federativos (federal, estadual, distrital e municipal). Em relação à Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

- A) É dever da União garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- B) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- C) O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo não será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- D) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Questão 24

A Lei de Acesso à Informação representa um importante instrumento para promover a transparência e o acesso dos cidadãos às informações públicas, bem como para fortalecer a democracia e o controle social sobre as atividades do Estado. Seu cumprimento efetivo contribui para uma gestão pública mais transparente, responsável e democrática. O acesso à informação de que trata a referida normativa compreende, dentre outros, os direitos de obter:

- A) Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.
- B) Informado do extravio da informação solicitada, deverá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
- C) O acesso à informação previsto compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- D) É direito dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Questão 25

A participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos são fundamentais para garantir a qualidade, eficiência e transparência na prestação dos serviços pela Administração Pública. No Brasil, diversas normas e dispositivos legais são estabelecidos com o objetivo de assegurar esses direitos e promover a cidadania. São direitos básicos do usuário nos termos da Lei nº 13.460/2017:

- A) Colaborar para a adequada prestação do serviço.
- B) Utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé.
- C) Prestar as informações pertinentes ao serviço efetuado quando solicitadas.
- D) Manter atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 26

Determinado Município passará a integrar uma aglomeração urbana, mediante inclusão em legislação complementar estadual. Em conformidade com a unidade territorial urbana, esse Município deverá:

- A) Realizar a compatibilização de seu Plano Diretor com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.
- B) Promover audiências públicas e debates para listar as demandas municipais a serem incluídas em Plano de Desenvolvimento Integrado.
- C) Reformular planos setoriais interfederativos, junto à governança interfederativa, para atendimento de demandas direcionadas à realidade municipal.
- D) Preceder de audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial e prévios estudos de impacto ambiental e de impacto de vizinhança.

Questão 27

Estabelecimento e publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo são uma das diretrizes que orienta a política tarifária do serviço de transporte público coletivo. Com base no conhecimento de que a tarifa pública é instituída por ato específico do poder público outorgante e a tarifa de remuneração da prestação de serviço resulta de processo licitatório, em caso de adoção de subsídio tarifário, é correto afirmar que:

- A) As despesas relativas à gratuidade ao usuário do transporte público coletivo serão integralmente custeadas pelo município.
- B) Deverão ser utilizados subsídios financiados por consumidores de um determinado mercado, em prol de outro segmento de transporte público coletivo.
- C) O *superavit* tarifário proveniente de receita adicional originada deverá ser utilizado como receita extratarifária para despesas intersetoriais conforme instituído pelo poder público.
- D) O *deficit* originado deverá ser revertido para o próprio Sistema de Mobilidade Urbana, resultando em alterações no preço público cobrado ao usuário do transporte público coletivo.

Questão 28

No que tange aos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos adotados na Política Nacional sobre Mudança do Clima, o termo “sumidouro” compreende ao:

- A) Dispositivo utilizado em sistemas de tratamentos de efluentes.
- B) Mecanismo que remove da atmosfera gases precursores do gás de efeito estufa.
- C) Constituinte gasoso que, na atmosfera, absorve e reemite radiação infravermelha.
- D) Grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema em lidar com os efeitos adversos da mudança do clima.

Questão 29

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, instituído por meio de dispositivo legal, atribui as questões urbanas e habitacionais aos conselhos no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Considerando os conselhos supracitados e suas relativas atribuições, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os conselhos poderão requerer áreas públicas habitacionais diretamente ao órgão executor da política habitacional, que analisará o pedido conforme legislação e interesse público.
- B) É obrigatória a publicização de critérios e regras para o acesso a moradias no âmbito do SNHIS, especialmente àqueles que se referem às condições de concessão de subsídios.
- C) O debate e a avaliação dos critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SNHIS devem ser realizados por meio de audiências públicas promovidas pelos conselhos.
- D) A priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais deve ser realizada por meio de critérios estabelecidos pelos conselhos.

Questão 30

Determinado parcelamento será realizado com a constituição de novas vias de circulação interna e lotes destinados à edificações de uso residencial unifamiliar. Por razões ligadas à segurança dos novos moradores, pretende-se controlar o acesso aos lotes, com utilização de guaritas e cancelas. Dessa maneira, para que tal controle seja realizado de forma legal será preciso:

- A) Instituir condomínio, com CNPJ, para que seja possível responder, legalmente, enquanto unidade e realizar transações comerciais e de serviços.
- B) Solicitar o controle de acesso, a ser regulamentado pelo poder público municipal, desde que não haja restrição de acesso de pedestres ou motoristas não residentes.
- C) Solicitar alteração das vias internas de circulação para vias particulares, a ser regulamentada pelo poder público municipal, restringindo a velocidade máxima local a 10 km/h.
- D) Solicitar o controle de acesso, a ser regulamentado pelo poder público municipal, para possibilitar a restrição de acesso de pedestres ou motoristas não residentes ou previamente cadastrados.

Questão 31

O Estado possui autonomia para instituir uma Região Metropolitana (RM) como maneira de possibilitar o alcance de objetivos voltados para o desenvolvimento social, econômico e territorial, prezando pela colaboração e articulação entre municípios. Além de estudo técnico, o qual servirá de base para viabilidade, uma RM se fará seguindo, dentre outros, o seguinte aspecto:

- A) Fatores de polarização.
- B) Significativa densidade demográfica.
- C) Grau de conurbação e fluxos migratórios.
- D) Tendência de conurbação entre os municípios.

Questão 32

No Brasil, a ONU e seus parceiros desenvolvem ações que visam ao atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, baseando-se nas necessidades e especificidades regionais. Considerando os projetos em andamento, no que tange ao atendimento do ODS 11 no Estado de Minas Gerais, é correto apontar, dentre outros:

- A) O projeto que visa aumentar as capacidades e recursos das autoridades e comunidades locais para aplicar abordagens de planejamento urbano participativo, avaliações de qualidade do espaço público e *design* em aglomerações urbanas.
- B) O programa de reparação de danos coletivos, com o objetivo de implementar compras e subvenções em benefício da população afetada pelos desastres ocasionados por empresa mineradora multinacional brasileira nos municípios de Brumadinho e Mariana.
- C) O projeto transversal da UNESCO, em Mariana, que envolverá o Programa Hidrológico Internacional e o programa MaB, para fomentar o desenvolvimento local sustentável, promover os direitos humanos e preservar o patrimônio histórico e imaterial afetado pelo rompimento da barragem.
- D) O projeto que visa fortalecer as capacidades dos governos municipais para responder aos desafios colocados pelo nexo entre migração interna, meio ambiente e mudanças climáticas, fortalecendo a coerência política entre o meio ambiente e as áreas relacionadas à migração interna e melhorando as capacidades dos atores municipais em coordenação com as autoridades federais.

Questão 33

Considerando os instrumentos utilizados pelo poder público a fim de efetivar o direito à moradia, em condições dignas, a todos, tem-se a legitimação de terras devolutas. Esse instrumento, conforme legislação estadual, considera que as terras situadas na zona de expansão urbana ou no perímetro urbano é limitada, respectivamente,

- A) a 2.000 m² e a 500 m², permitida ao ocupante a legitimação da área remanescente, quando esta for insuficiente à constituição de um novo lote.
- B) a 1.000 m² e a 200 m², facultada ao ocupante a legitimação da área remanescente, quando esta for insuficiente à constituição de um novo lote.
- C) até 1.000 m² de área para pessoas físicas e até 1.500 m² de área para pessoas jurídicas, por meio de procedimento discriminatório administrativo ou judicial.
- D) até 2.000 hectares, a pessoa física ou jurídica que se comprometa a utilizá-las em fins agrícolas ou pastoris e a 500 hectares, por meio de procedimento discriminatório administrativo ou judicial.

Questão 34

O compromisso nacional voluntário foi o meio adotado pelo Brasil para alcançar os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Esse compromisso considera diversos planos e metas a serem implementados de maneira coordenada e cooperativa pelos órgãos governamentais. Considerando os planos de ação para prevenção e controle do desmatamento nos biomas e planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas adotados na PNMC, trata-se de uma EXCEÇÃO o seguinte plano:

- A) Decenal de Expansão de Energia.
- B) Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia.
- C) De Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.
- D) De Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado.

Questão 35

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FAS) constitui-se, dentre outros, por recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social. Considerando que uma das destinações previstas para o FAS se refere a aplicações a cargo da Caixa Econômica Federal, é correto afirmar que, feitas sob a forma de financiamentos, tais aplicações serão destinadas a:

- A) Projetos de interesse do setor privado, na área de energia, preferencialmente.
- B) Projetos de interesse do setor público, na área de comunicação, preferivelmente.
- C) Programas de caráter social, para atendimento a pessoas físicas, prioritariamente.
- D) Projetos de interesse do setor público, nas áreas de saúde e saneamento, obrigatoriamente.

Questão 36

No exercício da governança das funções públicas de interesse comum, o Estado e os Municípios da unidade territorial deverão observar, dentre outras, a seguinte diretriz geral que se refere ao compartilhamento de:

- A) Instituição do macrozoneamento urbano, definindo as áreas em que se dará prioritariamente o processo de consolidação, estruturação e contenção da malha urbana da cidade.
- B) Responsabilidades na gestão de ações e projetos relacionados a recuperar áreas ocupadas irregularmente por habitações precárias, integrando-as ao sistema urbano adequado.
- C) Tomada de decisões com vistas à implantação de processo relativo ao planejamento, à elaboração de projetos, à sua estruturação econômico-financeira, à operação e à gestão do serviço ou da atividade.
- D) Integração ao planejamento e ordenamento territorial dos planos ambientais, tais como Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Plano Municipal de Arborização Urbana; Plano Municipal de Saneamento Básico; dentre outros que venham se estabelecer.

Questão 37

Tendo em vista a legislação que trata de proteção do patrimônio cultural do município de Belo Horizonte, considerando o direito de preferência, assinale a afirmativa correta.

- A) O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.
- B) Os bens pertencentes ao município, quando tombados, poderão ser alienados ou transferidos para outra entidade, mediante apreciação prévia do conselho.
- C) Em qualquer hipótese, ao município fica assegurado o direito de preferência à aquisição de bens tombados quando o proprietário ou titular do domínio pretender aliená-los.
- D) A cessão de uso de qualquer bem tomado deverá ser devidamente justificada e submetida à apreciação do Conselho, com antecedência mínima de trinta dias sob pena de nulidade do ato.

Questão 38

Prezando pela mobilidade limpa, a Prefeitura de Belo Horizonte estima, em 40% até 2030, a substituição da atual frota de ônibus por modelos com energia limpa. Diversos testes foram realizados em 2023, adotando ônibus elétricos, em circulação com e sem passageiros. Considerando o quadro operativo, um dos trajetos de maior benefício seria aquele realizado pelos ônibus que percorrem linha diametral, que é aquela responsável por:

- A) Distribuir a demanda de um bairro distante à região central de Belo Horizonte.
- B) Conectar bairros de duas regionais, em rota periférica, sem circular pelo centro da cidade.
- C) Distribuir a demanda das linhas, com destino, ou que cruzam a área central de Belo Horizonte.
- D) Conectar bairros de duas regionais administrativas distintas, passando pelo centro de Belo Horizonte.

Questão 39

No que tange ao atendimento da ODS que se refere à Cidades e Comunidades Sustentáveis, a mobilidade urbana acessível, sustentável e segura se configura como uma das metas adotadas por Estados e Municípios. Com base nos conceitos e definições apresentados no Plano de Mobilidade de Belo Horizonte, é correto afirmar que o estacionamento público ou privado, integrado ao sistema de transporte urbano, com o objetivo de desestimular o uso do transporte individual, denomina-se:

- A) Garagem modal.
- B) Garagem de contenção.
- C) Estacionamento dissuasório.
- D) Estacionamento de integração.

Questão 40

Com vistas a atingir o objetivo estratégico de tornar a mobilidade urbana um fator de inclusão social, o Poder Executivo priorizará, dentre outras, a seguinte estratégia:

- A) Garantia de cobertura espacial e temporal para atendimento aos usuários de transporte público.
- B) Difusão do conceito de mobilidade urbana sustentável, enfatizando a sua importância para o meio ambiente e qualidade de vida.
- C) Estímulo ao uso de transportes não motorizados e da melhoria da oferta de equipamentos e infraestrutura, especialmente calçadas e ciclovias.
- D) Regulação dos serviços de mobilidade urbana no sentido de torná-los economicamente viáveis, garantindo a sua qualidade para os usuários e a modicidade das tarifas.

Questão 41

A Política de Proteção do Patrimônio Cultural em Belo Horizonte tem como referência a percepção de ambiências, edificações ou mesmo um conjunto de edificações com expressivo significado cultural e histórico para atuação do Inventário de Conjuntos Urbanos. O perímetro de proteção de cada conjunto urbano é caracterizado como: espaço polarizador ou espaço de valor urbanístico. Tendo em vista o exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Polarizador.
 - 2. Valor urbanístico.
- () Bairro Cidade Jardim.
 - () Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem.
 - () Bairro Floresta.
 - () Praça Hugo Werneck.
 - () Primeiro Batalhão da Polícia Militar.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 1, 2, 2.
- B) 1, 1, 1, 1, 1.
- C) 2, 2, 2, 2, 2.
- D) 2, 1, 2, 1, 1.

Questão 42

O instrumento de proteção que recai sobre edificações com valor histórico-urbanístico, mas que, isoladamente, não apresentam características relevantes capazes de justificar seu tombamento, denomina-se:

- A) Registro imaterial.
- B) Registro documental.
- C) Direito de preferência.
- D) Diretrizes especiais de projeto.

Questão 43

A partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, a função social da propriedade tem se tornado um conceito benquisto ao planejamento urbano, que deve ser perseguido pelos planos diretores. Nesse sentido, a função social da propriedade materializa-se quando a propriedade atende aos critérios de ordenamento territorial e às diretrizes de desenvolvimento urbano. Com base no exposto, trata-se de uma prática que assegura a função social da propriedade, EXCETO:

- A) O aproveitamento socialmente justo e racional do solo.
- B) O aproveitamento e a utilização compatíveis com a segurança e a saúde dos usuários e dos vizinhos.
- C) O fator de limitação externa, desnaturando a condição de direito individual do direito de propriedade.
- D) A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, bem como a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Questão 44

Considerando as políticas de ordenamento territorial em Belo Horizonte, qual é o principal desafio enfrentado pela gestão urbana para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável na região metropolitana?

- A) Combate à especulação imobiliária desenfreada.
- B) Implementação de medidas de controle populacional.
- C) Integração do transporte público em áreas periféricas.
- D) Regularização fundiária de áreas de proteção ambiental.

Questão 45

Diante da necessidade de alinhar e implementar as diretrizes nacionais e estaduais de mobilidade às pessoas com deficiência, a prefeitura do Município de Belo Horizonte contratou certo profissional para desenvolver uma pesquisa e projeto específicos para pessoas com deficiência visual, que deverá abranger tanto aquelas pessoas que possuem somente restrição parcial em sua visão quanto aquelas que não possuem visão alguma, devendo seu projeto final estar em conformidade com a ABNT NBR 9.050/2020. Considerando que nenhuma das hipóteses a seguir foram verificadas quando da realização da pesquisa, constatando que todas elas são necessárias para garantir que as pessoas com deficiência possam ter autonomia de locomoção no centro urbano, assinale, a seguir, a melhor medida que a gestão municipal de Belo Horizonte poderia adotar para promover a mobilidade de pessoas com deficiência visual, conforme estabelecido na ABNT NBR 9.050/2020.

- A) Instalação de sinais sonoros em semáforos e faixas de pedestres.
- B) Ampliação da frota de ônibus adaptados para o transporte de passageiros com qualquer tipo de restrição de locomoção.
- C) Criação de áreas exclusivas de estacionamento para pessoas com deficiência visual parcial, com alto contraste em sua sinalização.
- D) Implementação de rampas de acesso em prédios públicos e contratação e treinamento de equipe especializada em atendimento a pessoas com deficiência para auxílio no trato com a Administração Pública.

Questão 46

Em relação à aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor de Belo Horizonte, qual é a importância da participação da comunidade nesse processo?

- A) A comunidade pode vetar qualquer alteração proposta pela gestão municipal.
- B) A comunidade não possui papel relevante na implementação do Plano Diretor.
- C) A participação da comunidade pode resultar em atrasos e burocracias desnecessárias.
- D) A participação da comunidade garante legitimidade e contribui para identificar demandas locais.

Questão 47

Considerando as diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, qual é o papel dos conselhos municipais na formulação e fiscalização das políticas urbanas?

- A) Não possuem relação com as políticas urbanas.
- B) Têm poder decisório sobre as políticas urbanas.
- C) Atuam como órgãos consultivos e de controle social.
- D) São responsáveis apenas pela elaboração de relatórios anuais.

Questão 48

Como o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte pode contribuir para a promoção da ordem pública e o bem-estar comum na cidade?

- A) Promove a ordem pública ao incentivar a ocupação irregular de áreas de preservação ambiental.
- B) Promove o bem-estar comum ao conceder benefícios fiscais a determinados setores da sociedade.
- C) Promove a ordem pública ao disciplinar atividades como o comércio ambulante e o uso do espaço público.
- D) Não tem impacto na promoção da ordem pública e do bem-estar comum por não prever sanções criminais aos seus infratores, não servindo como meio coercitivo para evitar a prática de condutas antissociais.

Questão 49

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, dentre as opções a seguir elencadas, assinale o modo adequado pelo qual a gestão municipal de Belo Horizonte pode utilizar o planejamento urbano para promover a preservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais.

- A) Implementar políticas de zoneamento que priorizem áreas de preservação ambiental.
- B) Privatizar áreas verdes urbanas e canalizar corpos d'água na planificação urbana, para que se possa desenvolver políticas públicas de combate a enchentes.
- C) Diversificar o zoneamento urbano, permitindo mais zonas mistas para que possam ser implementadas no mesmo espaço urbano: áreas residenciais, comerciais e industriais, modificando a mobilidade urbana para que se possa permitir o menor deslocamento dos cidadãos e assim reduzir as emissões de poluentes por meio de transportes.
- D) Incentivar a substituição de áreas verdes enclausuradas no centro urbano por edificações verticalizadas que comportem maior quantidade de famílias, trazendo as famílias periféricas para ocupar essas novas edificações verticalizadas, implementando políticas públicas de desenvolvimento habitacional, e transferindo as áreas verdes urbanas para as periferias, criando um cinturão verde em torno do centro urbano.

Questão 50

Considerando a importância da regularização fundiária para a promoção da inclusão social em Belo Horizonte, qual das medidas a seguir pode contribuir para a redução da segregação urbana e a melhoria da qualidade de vida nas áreas periféricas da cidade?

- A) A regularização fundiária não tem impacto na redução da segregação urbana.
- B) A regularização fundiária aumenta a segregação urbana ao concentrar investimentos apenas em áreas centrais da cidade.
- C) A regularização fundiária legaliza a posse de moradias em áreas periféricas, garantindo acesso a serviços básicos e infraestrutura.
- D) A regularização fundiária promove a exclusão social ao conceder títulos de propriedade apenas para determinados grupos sociais.

Questão 51

Tendo em vista a importância da mobilidade urbana sustentável, qual a forma de promoção do transporte público pode contribuir para a redução dos congestionamentos e a preservação do meio ambiente em Belo Horizonte?

- A) A qualidade do transporte público não influencia na redução dos congestionamentos, pois este é influenciado pela quantidade de veículos na malha viária.
- B) O transporte público de qualidade, como alternativa ao uso do transporte individual, reduz os congestionamentos por reduzir a quantidade de veículos na malha viária.
- C) O transporte público coletivo, mesmo que de qualidade, aumenta os congestionamentos ao atrair mais usuários, forçando a implementação de mais veículos para esse sistema.
- D) Independente da qualidade do transporte oferecido pela Administração Pública ou de sua variedade, a simples escolha e implementação de um mesmo e único modal é suficiente para garantir a redução dos congestionamentos por ser uma alternativa ao uso do transporte individual.

Questão 52

Assinale, a seguir, como a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor de Belo Horizonte pode contribuir para a redução das desigualdades socioespaciais e a promoção da inclusão social na cidade.

- A) Não tem impacto nas desigualdades socioespaciais.
- B) Intensifica as desigualdades socioespaciais ao privilegiar áreas nobres da cidade.
- C) Promove a ocupação desordenada do espaço urbano, agravando as desigualdades.
- D) Busca promover uma distribuição mais equitativa de recursos e serviços urbanos, reduzindo as desigualdades socioespaciais.

Questão 53

Assinale a afirmativa que melhor explica a eficiência da gestão dos resíduos sólidos e seu impacto ambiental.

- A) Não tem impacto na preservação ambiental, já que os resíduos ou seus produtos não são despejados em ambientes silvestres.
- B) Concentra-se apenas em resíduos domésticos comuns, não destinados à reciclagem; e, por essa razão, não geram qualquer dano ambiental.
- C) A gestão eficiente dos resíduos sólidos, mesmo que apenas os urbanos, reduz a poluição e os riscos à saúde associados à disposição inadequada de lixo.
- D) A gestão dos resíduos sólidos derivados de alimentos descartados, ainda que eficiente, aumenta a contaminação do solo e potencialmente dos recursos hídricos por produzir líquido percolado (chorume).

Questão 54

Sobre a implementação de políticas de habitação de interesse social em relação à redução do *deficit* habitacional e promoção da inclusão social em Belo Horizonte, assinale a afirmativa correta.

- A) Privilegia apenas determinados grupos sociais e políticos, agravando as desigualdades.
- B) Reduz o *deficit* habitacional ao oferecer moradias adequadas para a população de baixa renda.
- C) Na verdade aumenta o *deficit* habitacional ao incentivar a ocupação irregular de áreas que antes não estavam ocupadas, podendo implicar em ocupação de áreas protegidas.
- D) Não tem impacto na redução do *deficit* habitacional porque a taxa de natalidade da população é ainda maior que a taxa de mortalidade, de modo que a quantidade de pessoas sempre superará a quantidade de moradias disponíveis.

Questão 55

Levando-se em consideração a política de mitigação dos efeitos da mudança climática, instituída pela Lei Municipal nº 10.175/2011, para tornar Belo Horizonte uma cidade mais resiliente e sustentável, assinale a afirmativa correta.

- A) Não tem impacto na resiliência urbana de Belo Horizonte.
- B) Ao incentivar práticas sustentáveis e a adaptação aos impactos climáticos.
- C) Torna Belo Horizonte economicamente mais competitiva por atrair investimento da chamada “economia verde”.
- D) Promove mudança ambiental tornando a cidade mais urbana ao mesmo tempo em que promove iniciativas de coletivização da manutenção de parques e canteiros.

Questão 56

Assinale a afirmativa que melhor explica a importância da acessibilidade às edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, conforme estabelecido pela ABNT NBR 9050/2020, para garantir a inclusão e a igualdade de acesso das pessoas com deficiência na cidade de Belo Horizonte.

- A) A acessibilidade, segundo a ABNT NBR 9.050/2020, promove a segregação das pessoas com deficiência por lhes dar tratamento diferenciado.
- B) A modificação de espaços públicos para lhes conferir acessibilidade é prescindível para garantir a inclusão das pessoas com deficiência em Belo Horizonte.
- C) A acessibilidade é fundamental para garantir a inclusão das pessoas em Belo Horizonte, pois suas mudanças não beneficiam somente pessoas com deficiência.
- D) A acessibilidade é fundamental para garantir a inclusão das pessoas com deficiência em Belo Horizonte, permitindo seu pleno acesso aos espaços e serviços urbanos.

Questão 57

Dentre as afirmativas a seguir, de acordo com a Lei Complementar nº 88/2006, que institui e regula as regiões metropolitanas, assinale a que melhor explica como a instituição de uma região metropolitana pode contribuir para a integração e o desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte e municípios adjacentes.

- A) Contribui para a integração e o desenvolvimento sustentável ao estabelecer diretrizes para a gestão compartilhada de questões metropolitanas, como transporte público e meio ambiente.
- B) Promove a descentralização administrativa, permitindo o menor fluxo e concentração de pessoas, ao mesmo tempo em que prestigia o desenvolvimento tecnológico para suprir eventuais distâncias.
- C) Beneficia Belo Horizonte e os municípios adjacentes ao lhes conferir *status* superior aos demais municípios do Estado, atraindo mais investimentos e tornando a região metropolitana um *hub* de desenvolvimento.
- D) Não tem impacto na integração e no desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte e municípios adjacentes ou de qualquer região metropolitana, uma vez que sua instituição somente traz impactos para a Administração Pública e oneração do erário.

Questão 58

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, especialmente em seus artigos referentes à política urbana, pode influenciar na governança e na gestão do território da cidade da seguinte maneira:

- A) Influencia na governança ao estabelecer diretrizes para a gestão participativa do território, envolvendo a participação da sociedade civil na tomada de decisões.
- B) Contribui para a celeridade na tomada de decisões políticas que afetam o Estado e a capital ao determinar a centralização do poder político, permitindo o rápido fluxo de informações sem interferências externas.
- C) A Lei Orgânica não tem influência na política urbana por ser apenas uma lei genérica que estabelece diretrizes ampliativas e subjetivas para o desenvolvimento da cidade, sendo que as questões específicas são tratadas em leis especiais, decretos e atos normativos do Poder Executivo.
- D) A Lei Orgânica não aborda questões relacionadas somente à gestão do território de Belo Horizonte, mas por ser a cidade de Belo Horizonte a capital do Estado de Minas Gerais e a principal cidade de um centro metropolitano, tal normativa aborda questões relacionadas à região metropolitana, prevalecendo suas diretrizes sobre os municípios adjacentes quando houver conflito de normas.

Questão 59

Sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor de Belo Horizonte para a promoção da justiça social e redução das disparidades socioeconômicas na cidade, assinale a afirmativa correta.

- A) Promove a justiça social ao garantir o acesso equitativo a recursos e serviços urbanos.
- B) Promove a exclusão social ao privilegiar apenas determinados grupos socioeconômicos.
- C) A aplicação dos instrumentos do Plano Diretor não tem impacto na promoção da justiça social.
- D) Aumenta as disparidades socioeconômicas ao concentrar recursos apenas em áreas centrais da cidade.

Questão 60

A Lei Municipal nº 11.216/2020, que dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor de Belo Horizonte, contribui para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais na cidade, pois:

- A) Estabelece medidas de inclusão social, promovendo o ordenamento urbano.
- B) Estabelece medidas de regularização fundiária, promovendo o ordenamento urbano.
- C) Colabora com medidas de regularização fundiária e inclusão social, promovendo o ordenamento urbano.
- D) Não tem impacto no enfrentamento das desigualdades socioespaciais em Belo Horizonte, pois necessita de regulamentação por meio de decretos e regulamentos editados pelo Poder Executivo, que são alterados de quatro em quatro anos para representar a melhor solução contemporânea ao momento de sua edição.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 2 (duas) dissertações sobre temas específicos da área respectiva do cargo. Será avaliada em 100 (cem) pontos, sendo 50 (cinquenta) pontos para cada dissertação.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	38 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	12 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequência do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,4 ponto, até o limite de 12 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Questão 01

A Nova Agenda Urbana apresenta uma mudança de paradigma na ciência das cidades e estabelece padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhora das áreas urbanas, ao longo de seus cinco principais pilares de implantação: políticas nacionais urbanas; legislação e regulação urbanas; planejamento e desenho urbano; economia local e finança municipal; e, implantação local. É um recurso para realizar esse ideal comum em todos os níveis de governo, do local ao nacional, para as organizações da sociedade civil, para o setor privado, para os grupos constituintes e para todos que chamem os espaços urbanos de “lar”.

(Nova Agenda Urbana, ONU, 2017.)

Tendo em vista que o texto apresentado possui caráter meramente motivador, disserte sobre a temática “Conceitos, instrumentos e parâmetros norteadores da política urbana de Belo Horizonte atrelados à Nova Agenda Urbana”. Considerando os dispostos legais estabelecidos por legislação municipal, a dissertação deverá contemplar os seguintes tópicos:

- a) Estratégias de gestão sustentável dos recursos naturais; b) estratégias de redução de risco de desastres, de mitigação e de adaptação às alterações climáticas; c) mecanismos institucionais, políticos e legais para que permitam a participação efetiva de todos no processo de tomada de decisões, planejamento e acompanhamento; e, d) o cumprimento dessas estratégias indicadas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

Questão 02

Desde 2011 está estabelecido por legislação municipal que tem por objetivo assegurar a contribuição do Município no cumprimento dos propósitos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, bem como permitir que o desenvolvimento econômico prossiga de maneira sustentável, que as novas construções devem atender aos critérios de eficiência energética, sustentabilidade ambiental, qualidade e eficiência de materiais. Nesse sentido, disserte sobre a elaboração de projeto básico de obras e serviços, contratados pelo Município, que envolvam o uso de produtos e subprodutos de madeira. Aponte, também, a necessidade de análise do ciclo de vida desses materiais.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos; 2 (duas) questões discursivas para os cargos superiores, exceto, para os cargos de procurador e redator; 1 (uma) peça prático-profissional privativa de advogado (petição ou parecer) para o cargo de procurador; 1 (uma) proposição normativa, com justificativa para o cargo de redator; e, ainda, 1 (uma) redação para o cargo de Técnico Legislativo II.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.